

Karl Marx e a Mulher

Sofía Ruiz

Partido Comunista da Espanha (Marxista-Leninista)

Texto da Revista Unidade e Luta – órgão da Conferência Internacional dos Partidos e Organizações Marxista – Leninistas – CIPOML



Este ano se cumpriu o 200º aniversário do nascimento de Carlos Marx, gerando uma enormidade de debates sobre variados aspectos de sua vida e sua obra.

O legado de Marx segue vigente em nossos dias, assim como está vigente quando o capitalismo sofre uma grave crise, como a que estalou no centro do império há poucos anos e que segue fazendo estragos, empurrando a todos a um novo grande ciclo de endividamento e que nos levará a níveis impensáveis de desigualdade.



www.averdade.org.br

Neste debate aberto no 200º aniversário do nascimento de Marx queremos nos aprofundar na análise da opressão da mulher a partir do conjunto de categorias que Marx construiu em "O Capital" para analisar os profundos processos estruturais pelos quais o modo de produção capitalista se reproduz a si mesmo. Tema que já foi abordado pelo feminismo marxista, pelas mãos de teóricas como Lise Vogel ou Susan Ferguson, etc., mas que segue aberto ao debate e à investigação

É uma questão controversa posto que grande parte do feminismo se separou do marxismo nos anos 80-90 do século passado; além disso se produziu um retrocesso no movimento popular, acompanhado da perda de muitas conquistas sociais e trabalhistas por causa do ajuste do modo de produção capitalista. A desorientação, as insatisfações e as reorientações deram lugar a um compromisso cada vez mais fraco com a política revolucionária e a emancipação. A causa que se brandiu para fugir do marxismo, e para rechaçar a economia política marxista, foi seu marco explicativo reducionista e inadequado para construir uma teoria pormenorizada da opressão da mulher. Eram, e seguem sendo, falsas ideias que se repetiam incansavelmente sem nenhuma base real e, principalmente Marx, jamais caiu em um materialismo vulgar ou economicista. Em "O Capital" existem passagens, como a que se refere à acumulação primitiva em que a intervenção ativa do Estado, a coerção, a luta de classes são os componentes constitutivos de uma relação de exploração que não está determinada por leis puramente econômicas ou mecânicas.

Ao mesmo tempo, no feminismo burguês, o patriarcado passa, de ser uma forma de organização familiar, a uma forma de organização social. Para muitas feministas da época o Patriarcado é um sistema ideológico independente, cujo motor reside no processo de produção de significados e interpretações do mundo; mas a ideologia é a forma em que interpretamos nossas condições de vida e nossas relações com estas condições determinadas. Onde está a relação entre a ideologia e as condições sociais de existência? Essa conexão não existe ou não se explica pelo que caem em uma concepção do patriarcado fetichista e a-histórica.

A concepção do patriarcado como um sistema independente dentro da sociedade capitalista é a mais propagada, não só entre as teóricas feministas, mas também entre as ativistas, porque se trata, ao fim e ao cabo, da interpretação mais intuitiva e imediata dos fenômenos de opressão e poder apoiados no gênero, que experimentamos cotidianamente, e acusam ao feminismo marxista de reduzir a complexidade plural da sociedade a meras leis econômicas sem compreender corretamente a irreduzibilidade das relações de poder.



www.averdade.org.br

Esta acusação teria sentido se o capitalismo fosse entendido unicamente como um processo estritamente econômico de extração de mais-valia e, portanto, como um conjunto de regras econômicas que determinam este processo; e o feminismo marxista entendesse as relações de poder como o resultado mecânico e automático do processo de extração de mais-valia. Este reducionismo não tem cabimento na complexidade e riqueza do pensamento de Marx, nem na maior parte da tradição marxista. (“Reflexões degeneradas: Patriarcado e capitalismo”: Cinzia Arruzza)

A concepção materialista da história é o grande legado de Marx, e como diz Silvia Federicci, no “Patriarcado do salário”, foi de grande importância para a perspectiva feminista compreender que para entender a história e a sociedade temos que entender as condições materiais da reprodução social; reconhecer que a subordinação social é um produto da história, cujas raízes se encontram na organização específica do trabalho, teve um efeito liberador para as mulheres já que permitiu desnaturalizar a divisão sexual do trabalho e as identidades construídas a partir dela, ao conceber as categorias de gênero não só como construções sociais, mas também como conceitos cujo conteúdo está em constante redefinição, que são imensamente móveis, abertos à mudança, e que sempre têm uma carga política; analisar a posição social da mulher sob o prisma da exploração capitalista do trabalho também deixa patente a continuidade da discriminação apoiada no gênero e aquela apoiada na raça, e nos permite transcender a política dos direitos que pressupõe a permanência da ordem social existente e não consegue fazer frente às forças sociais antagônicas que se interpõem no caminho da libertação das mulheres.

A concepção do patriarcado como um sistema ideológico independente trouxe consigo a dualidade na teoria das causas da opressão da mulher e, portanto, a dispersão teórica e prática da luta da mulher pela sua emancipação. A construção de uma teoria unitária que explique as causas da opressão da mulher no capitalismo é uma das tarefas nas quais se empenham e colocam todos seus esforços feministas marxistas como Nancy Fraser, Cincia Arruzza, Lise Vogel, Susan Ferguson, Íris Yung...e um conjunto enorme de feministas no mundo. Neste esforço se enquadra a análise da opressão da mulher pondo a reprodução da força de trabalho no centro da produção capitalista.

A reprodução social

Segundo Marx, a força de trabalho é a mercadoria que sustenta o conjunto do modo de produção de mais-valia. O capital “surge unicamente onde o possuidor dos meios de produção e da existência encontra no mercado o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho, e esta condição histórica envolve toda uma história universal”¹. (Marx, O Capital. Livro I, Capítulo IV).



www.averdade.org.br

Tendo identificado a força de trabalho como o eixo sobre o qual o sistema inteiro gira, Marx declara: "Vejam agora mais de perto esta mercadoria peculiar, a força de trabalho. Como esta mercadoria especial se produz e reproduz a si mesmo?"

Na teoria da reprodução social é geralmente entendido que existem dois espaços separados e dois processos de produção separados: o econômico e o social, usualmente compreendidos como o local de trabalho e o lar. Nesta compreensão, o trabalhador cria mais-valia no trabalho e é, portanto, parte da produção da riqueza total da sociedade. Ao final do dia de trabalho, já que o trabalhador é livre sob o capitalismo, o capital deve renunciar ao controle sobre seu processo de regeneração e, portanto, sobre a reprodução da força de trabalho.

Marx, entretanto, tem uma compreensão e uma proposta muito específica para o conceito de reprodução social.

Na reprodução social do sistema do capital não existe uma separação entre uma esfera não-econômica e a econômica, porque o impulso econômico da produção capitalista condiciona o que chamamos não-econômico. O não-econômico inclui entre outras coisas, qual o tipo de Estado, de instituições jurídicas e de forma de propriedade tem uma sociedade, enquanto que estas por sua vez são condicionadas, mas nem sempre determinadas, pela economia. Marx entende cada nível particular da valorização do capital como um momento de uma totalidade, o que o leva a afirmar claramente no "O Capital": "quando é visto, portanto, como um todo conectado, e no fluxo constante de sua renovação incessante, cada processo social de produção é ao mesmo tempo um processo de reprodução". (Marx, O Capital, vol. 1)

O processo de produção capitalista, portanto, visto como um processo total conectado, isto é, um processo também de reprodução, não só produz mercadorias, nem só mais-valia, mas também produz e reproduz a relação mesma do capital; de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado. (Marx, O Capital, vol. 1)

Marx se refere à reprodução da totalidade da sociedade, o que nos leva de volta à mercadoria única, a força de trabalho, que precisa ser reabastecida e em última instância substituída sem que haja nenhum freio ou interrupção ao circuito contínuo de produção e reprodução. A compreensão deste processo de produção de mercadorias e da reprodução da força de trabalho como unificadas nos leva a abandonar não só o marco de trabalho de esferas diferenciadas de produção e reprodução, mas também, posto que a reprodução está ligada com a produção dentro do capitalismo, temos que abandonar a ideia de que o capital renuncia ao controle sobre os trabalhadores e trabalhadoras quando deixam o local de trabalho. (Tithi Bhattacharya em "Reprodução social do trabalho e classe operária global").



www.averdade.org.br

Chegados a este ponto, o lar, a esfera privada está controlada pelo capital e forma parte do processo de produção e reprodução do capital; portanto, o que nos interessa da unidade familiar, a família da classe trabalhadora de onde se produz e reproduz a força de trabalho não é só sua estrutura interna, não é só que esteja organizada sobre as bases da diferença de gênero e idade, o que nos interessa e é fundamental, é a relação estrutural que a vincula à reprodução do capital.

A base sócia material da opressão das mulheres não se encontra nas relações de gênero que se produzem no seio do lar, embora seja fácil chegar a essa conclusão porque é a primeira evidência, mas sim estas são uma consequência. O elemento essencial da opressão das mulheres nas sociedades capitalistas não é o trabalho doméstico a serviço de homens e filhos, por muito opressivo que seja. A produção e reprodução da força de trabalho é uma condição essencial para a dinâmica do sistema capitalista, tornando possível a reprodução do capitalismo. (Susan Ferguson e David McNally, "Capital, força de trabalho e relações de gênero").

O fato de a produção da força de trabalho estar dentro do âmbito privado e que sejam necessários corpos sexuados de mulher para a procriação e a lactação explica por que o capital junto ao Estado capitalista necessitam regular a capacidade biológica das mulheres para produzir a geração seguinte de trabalhadores. A família nuclear heterossexual e com uma organização patriarcal que já existia anteriormente foi a que, através de modificações e reforços dos vínculos de parentesco, mediante políticas sociais dos Estados capitalistas, deu lugar à forma familiar compatível com a reprodução privatizada da força de trabalho, adaptando-a à nova ordem de gênero burguês.

Portanto, e como consequência do exposto, o foco de análise não é o lar em si mesmo, mas em relação à reprodução do capital. A causa da opressão das mulheres nas sociedades capitalistas se localiza nas relações centrais do modo de produção capitalista.

Com a finalidade de manter a produção e regeneração da força de trabalho, o capitalismo requer mecanismos institucionalizados através dos quais exerce o controle sobre a reprodução biológica, as formas familiares, a criação dos filhos e a manutenção da ordem de gênero. Apesar das relações homem-mulher no lar poderem expressar e socialmente reproduzir uma ordem de gênero onde o masculino é dominante, isto não permite cobrir a totalidade das opressões às quais se veem submetidas as mulheres. Quer dizer, a ordem de gênero capitalista se apoia, estruturalmente, não em um patriarcado trans-histórico ou em um modo de produção doméstico separado, mas na articulação social inteira entre o modo de produção capitalista e os lares da classe trabalhadora, uma articulação vital para a produção e reprodução da força de trabalho.

O aparecimento da nova família operária e a figura da “Dona-de-casa”



Marx, no livro I do "O Capital", descreve a brutalidade do trabalho capitalista de maneira escancarada; denuncia a situação da classe trabalhadora na primeira Revolução Industrial, empenhando-se especialmente em relatar a situação das mulheres e filhos, a degradação da família operária, a aglomeração em que viviam, a mortalidade infantil.

A vitalidade, saúde e resistência da classe operária se esgotaram gradualmente durante a primeira fase da industrialização. Os operários ficavam exaustos desde muito cedo e seus filhos ficavam doentes e fracos. Cresciam e viviam em condições miseráveis, começavam a trabalhar com oito ou dez anos. Explorados, malnutridos, vivendo em "favelas" superlotadas, os operários dos povos tecelões da Inglaterra viviam doentes e morriam logo. Na década de 1860, a esperança de vida era inferior a trinta anos. A mortalidade infantil era muito elevada como consequência da falta de atenção materna. Os inspetores de fábrica reconheciam que ao não estar em casa a maior parte do dia, as operárias não tinham mais remédio que deixar seus filhos com alguma mulher mais velha, que lhes alimentava com pão e água e lhes dava grandes doses de ópio, para tranquilizá-los. (Margaret Hewitt "Conservantes de crianças"). A classe operária não podia, com salários baixos e intermináveis horas de trabalho, reproduzir-se a si mesmo e manter um fluxo estável de trabalhadores.



www.averdade.org.br

Entre 1850 e finais do século, a Segunda Revolução Industrial produziu uma grande transformação no sistema de produção com a passagem da indústria ligeira à indústria pesada, quer dizer, do têxtil ao aço, o ferro e o carvão como setores industriais principais e fontes primárias de acumulação de capital. Estas novas indústrias, exigiam um tipo de trabalhador mais forte e produtivo.

É a partir desta época que se começou a reduzir o número de horas de trabalho das mulheres nas fábricas, especialmente das casadas, para que assim pudessem realizar suas tarefas domésticas. Assim surge a criação da nova família operária, a família nuclear de um homem, uma mulher e seus filhos. O papel do homem era trabalhar em tempo integral e ganhar um salário capaz de proporcionar um nível mínimo de vida para a família. A mulher, a dona de casa, tinha a missão de restaurar a força de trabalho do homem, assim como de dar vida e cuidar dos filhos. A necessidade de um novo tipo de operário, mais saudável, mais robusto, mais produtivo e, sobretudo, mais disciplinado e domesticado, é uma das causas do aparecimento deste modelo de família. Daí que se expulsa gradualmente das fábricas as mulheres e meninos, que se introduza o salário familiar, que se eduque as mulheres nas virtudes domésticas, que, em suma, instaure-se um novo regime reprodutivo e um novo contrato social.

Seria errôneo pensar que as mulheres ou os homens trabalhadores opuseram alguma resistência à instauração da nova família trabalhadora: para as mulheres, o modelo de família em que seriam mantidas enquanto educavam seus filhos era uma boa alternativa às 12 horas por dia escravizadas em uma fábrica e com a obrigação de cuidar dos filhos ao mesmo tempo. Tanto para os homens quanto para as mulheres trabalhadoras a família era uma forma de garantir companheirismo e afeto.

O vínculo entre a produção e reprodução do capital e a família operária está claro; a família é um dos pilares do sistema capitalista e se acopla com perfeição a este e garante que se produza e reproduza a força de trabalho necessária e com as características adequadas para a produção e reprodução do capital. A “criação” da nova família operária com a instauração da dona de casa produz um novo regime reprodutivo no qual a mulher perde a independência econômica e, portanto, a autonomia. A hierarquia de gênero se reforça ao mesmo tempo que a divisão sexual do trabalho e as relações sexuais afetivas ficam submetidas à reprodução biológica e à dependência masculina. A perda da independência econômica ao depender do salário do varão se institucionalizou e a desigual divisão de poder no núcleo familiar disciplinou tanto as vidas das mulheres como as dos homens, porque, também, nossa dependência do salário único manteve os homens amarrados a seus trabalhos, e às condições trabalhistas destes.



www.averdade.org.br

O trabalho doméstico

Qual é a natureza do processo social através do qual a força de trabalho se auto produz? Esta pergunta teve uma resposta errada durante os anos 60 e 70 do século passado, que deu lugar à reivindicação do salário doméstico, já que sua análise consistia em argumentar que dado que o trabalho doméstico produz força de trabalho que cria valor e sobrevalor para o capital, também o trabalho doméstico tinha que ser uma forma de trabalho gerador de valor. Mas o certo é que o trabalho no lar não está mercantilizado: produz valores de uso, não mercadorias cuja venda gere mais-valia para o capitalista. Na família operária, o trabalho doméstico oprime a mulher, é evidente, mas a causa sócio-material da opressão da mulher é a necessidade do capital de regular e controlar esse trabalho de restauração e de produção da nova geração de trabalhadores que torna possível a reprodução do capitalismo e, para isso, apoiado pelo Estado e o resto de instituições sociais e religiosas, configura um modelo de família onde a hierarquia de gênero ajude a perpetuar os papéis impostos pelas necessidades do capital.

O trabalho doméstico é socialmente necessário para a produção e reprodução do capital. Marx se refere ao trabalho necessário como aquele que é um custo necessário para o capital, o trabalho que deve ser pago (em salários) do fundo do capital. Por isso, Marx se refere aos salários como capital variável. Há muito mais trabalho a pagar, trabalho que não tem que ser pago pelo capital, que é necessário para a reprodução de uma sociedade capitalista. E o capital é, de fato, muito auxiliado pela razão das crianças nascerem, serem criadas, alimentadas e educadas em unidades apoiadas no parentesco, assim como os adultos se reproduzem física, psicológica e socialmente ali. Mais ainda, os capitais individuais aqui se beneficiam de uma prática social que não forma parte de nenhum de seus custos necessários. Aqui, portanto, não há taxa de exploração, porque estas práticas não estão mercantilizadas (produzem valores de uso, mas não valor), e porque não há um custo estrutural direto para o capital, portanto o trabalho doméstico não é necessário no sentido em que Marx o entende, embora seja essencial.

Marx, ao estabelecer que as atividades que reproduzem a força de trabalho são essenciais para a acumulação capitalista, tornou evidente que este trabalho tão desdenhado, tão naturalizado, tão desprezado constitui o pilar fundamental da organização capitalista do trabalho, e resolve a relação entre gênero e classe.



www.averdade.org.br

O valor da força de trabalho

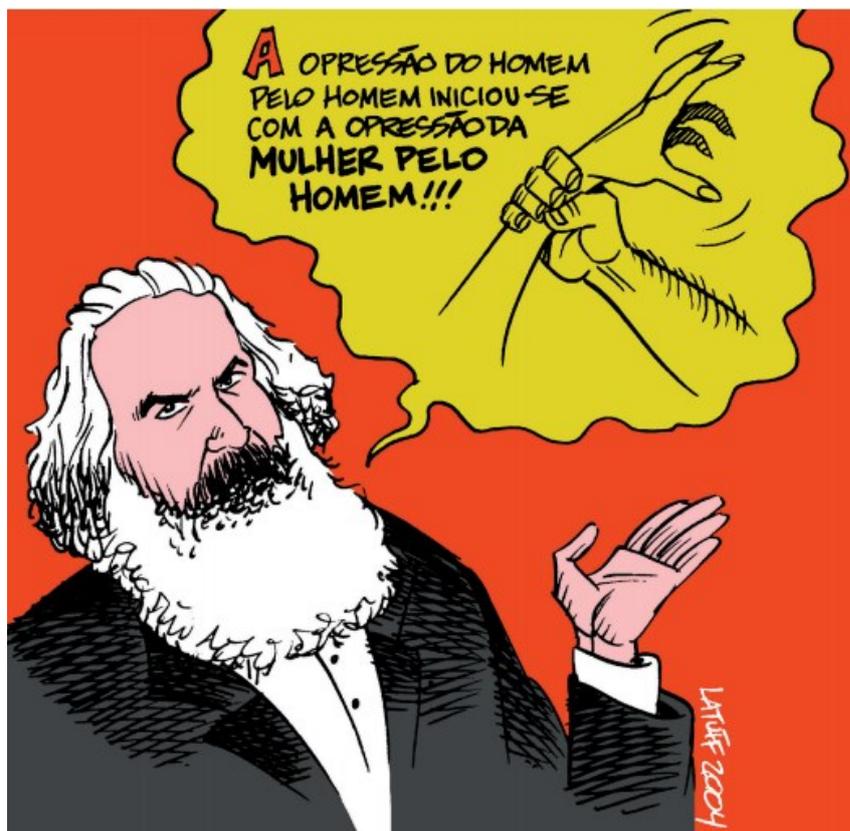
Como se determina o valor da força de trabalho? O valor da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, determina-se pelo tempo de trabalho necessário para sua produção, neste caso, para a reprodução do trabalhador. Assim, Marx assinala: “Para manter-se, o ser vivente necessita uma certa soma de meios de subsistência. O tempo necessário para a produção da força de trabalho se reduz, por isso, ao tempo de trabalho necessário para a produção destes meios de subsistência, ou seja, o valor dos meios de vida necessários para a subsistência de seu possuidor” (Carlos Marx. O Capital. Tomo I). O trabalhador gasta uma quantidade determinada de músculos, energia cerebral, nervos que deve repor para realizar o trabalho durante os dias que trabalha na semana. Mas além disso o trabalhador tem outras necessidades como mantimentos, calefação, moradia e vestuário, que variam de acordo com as condições climáticas, geográficas e culturais de cada país. Marx diz ainda que a diferença de outras mercadorias, “a determinação do valor da força de trabalho contém, portanto, um elemento histórico e moral. Entretanto, para um país e uma época determinada, está dada a soma média de meios de subsistência necessários”. O limite mínimo do valor da força de trabalho “é dado pelo valor daquela massa de mercadorias cujo provisionamento diário é indispensável para que o portador da força de trabalho...possa renovar seu processo de vida; quer dizer, pelo valor dos meios de vida fisicamente indispensáveis” (Carlos Marx. O Capital. Tomo I).

Portanto, se o preço da força de trabalho cai abaixo deste mínimo, isso resultará que o trabalhador não poderá desenvolver-se de maneira suficiente. Algo essencial para que o sistema se mantenha e o valor continue valorizando-se é que os vendedores da força de trabalho possam perpetuar-se no tempo, já que o ser humano é mortal e, portanto, chega um momento em que a força de trabalho abandona para sempre o circuito de intercâmbio e deve ser reposta por outro trabalhador. A esse respeito Marx escreve:

“A soma dos meios de subsistência requeridos para a produção inclui também os meios de subsistência dos substitutos, quer dizer, os filhos do operário, de modo tal que esta raça especial de possuidores de mercadorias se eternize no mercado” (Carlos Marx. O Capital. Tomo I). Marx também menciona o fato de que o trabalhador deve adquirir certas habilidades e destrezas, o que implica a formação ou educação deste, o que hoje se conhece como “capital humano”: “Estes custos de aprendizagem, extremamente pequenos para a força de trabalho comum, entram na soma dos valores investidos em sua produção” (Carlos Marx. O Capital. Tomo I).

Logo, para que se produza e reproduza a mercadoria especial, a força de trabalho, é imprescindível o trabalho doméstico, quer dizer, sem o trabalho doméstico os trabalhadores não podem reproduzir-se a si mesmos, e sem trabalhadores, por sua vez, o capital não pode reproduzir-se. O valor da força de trabalho não se determina pelo tempo de trabalho necessário para sua produção, porque a força do trabalho é uma mercadoria que se produz fora dos circuitos e modo de produção capitalista, embora controlada pelo capital. O capital paga por essa mercadoria especial não o tempo necessário para produzi-la, mas sim o que custa reproduzi-la, o que custa a subsistência...o valor de tudo o que necessitam os trabalhadores para se reproduzirem, exceto a mão de obra feminina, a qual o capital não dá valor. É uma mão de obra desvalorizada.

Sendo assim, podemos concluir que a teoria da reprodução social é um grande avanço para a conquista de uma teoria unitária que explique a opressão da mulher no capitalismo apoiando-se na compreensão que Marx tem do capitalismo como algo mais que um sistema econômico. Para Marx, o capitalismo é uma ampla formação social que inclui a "reprodução da classe trabalhadora" como uma condição essencial da produção de valor.



BIBLIOGRAFIA

Bhattacharya, Tithi, Reprodução social do trabalho e classe operária global. Ed. Vento do Sul

Engels, Federico, A situação da classe operária na Inglaterra. Ed. JUCAR

Ferguson Susan e McNally David, Capital, força de trabalho e relações de gênero. Introdução à nova edição do livro do Lise Vogel "O Marxismo e a opressão da mulher. Para uma teoria unitária"

Ferguson, Susan, Reprodução social: Qual é a grande ideia? Ed. PLUTO PRESS

Federici, Silvia, Calibán e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Ed. Traficantes de sonhos

Federici, Silvia, O patriarcado do salário. Ed. Traficantes de Sonhos

Ivy Pinchbeck, Women Workers and the Industrial Revolution, 1750-1850. London: George Routledge, 1930. x + 342 pp.

Marx, Carlos, O Capital. Ed. Akal

Vogel, Lise. "Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory". (2013). Chicago: Haymarket Books